

EDUCAÇÃO BÁSICA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS, RECURSOS EDUCACIONAIS E DESAFIOS DOCENTE

BASIC EDUCATION AND AUTISM SPECTRUM DISORDER: INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES, EDUCATIONAL RESOURCES AND TEACHER CHALLENGES

EDUCACIÓN BÁSICA Y TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS, RECURSOS EDUCATIVOS Y DESAFÍOS PARA LOS DOCENTES

Ana Vitória Damasceno Amorim¹
Adriane Machado Gomes Pereira²
Chaiane Pinheiro Estevam³
Denilva Aparecida Bueno⁴
Deuzimar Helena de Oliveira Botelho⁵
Maria Clerya Alvino Leite⁶

RESUMO: Esse artigo buscou analisar as práticas pedagógicas utilizadas por professores da Educação Básica na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), identificando as principais estratégias, recursos e desafios. A metodologia empregada baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com levantamento e análise de dez artigos científicos (originais e de revisão) publicados entre 2013 e 2026 nas bases Google Acadêmico e SciELO. Os principais resultados evidenciaram que as estratégias mais eficazes incluem a adaptação curricular, flexibilização metodológica, atividades lúdicas, recursos visuais e tecnológicos, e estratégias fundamentadas no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Foram identificados como desafios a insuficiência de formação continuada, a escassez de recursos, e a ausência de apoio especializado. Conclui-se que a efetivação da inclusão depende da articulação direta entre práticas inclusivas, formação docente, suporte institucional e um sólido trabalho colaborativo entre escola, família e equipes multiprofissionais.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Prática Pedagógica. Inclusão.

¹Especialista em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

²Especialista em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

³Especialista em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

⁴Especialista em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

⁵Doutoranda em Educação. Mestrado em Psicologia pela UFRJ, Graduada em Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Biblioteconomia. Especialista em Design Instrucional para EaD Virtual pela UNIFEI, Educação Especial e Inclusiva pela UNIRIO, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia.

⁶Professora de Metodologia da Pesquisa Científica e Coordenadora de TCC (Curso Superior de Segurança no Trabalho) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) - Campus Patos. Possui graduação em Bacharelado em Enfermagem (2008) pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP), Licenciatura em Enfermagem (2011) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Licenciatura em Ciências Biológicas (2011) pela Universidade de Pernambuco (UPE), Licenciatura em Letras - Português/Inglês (2024) pelo Centro Universitário Unifatecie e Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário FAEP (2026). Especialista em Enfermagem do Trabalho (2009), Educação Inclusiva (2024), Transtorno do Espectro Autista (2025), Linguística (2025) e Análise do Comportamento Aplicada (2026). Possui Mestrado em Ciências da Nutrição (2010) e Doutorado em Farmacologia (2015) pela UFPB. Experiência em Educação a Distância como tutora e professora formadora. Faz parte do Banco de Avaliadores da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do MEC avaliando os cursos superiores de Bacharelado em Enfermagem, Bacharelado/Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Letras. Possui experiência na área da Educação, com ênfase em Educação Especial e Inclusiva, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e Comunicação Aumentativa e Alternativa (PECS, PODD). Autora do livro intitulado "TEA em crianças: olhares integrados sobre diagnóstico, intervenção, interdisciplinaridade e educação" em avaliação na editora da Universidade Federal de Uberlândia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial e Inclusiva (GEPEEI) certificado pelo IFPB e cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the pedagogical practices used by Basic Education teachers in the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), identifying the main strategies, resources, and challenges. The methodology employed was based on a qualitative bibliographic research, through the survey and analysis of ten scientific articles published between 2013 and 2026 in the Google Scholar and SciELO databases. The main results showed that the most effective strategies include curriculum adaptation, methodological flexibility, play-based activities, visual and technological resources, and strategies based on Universal Design for Learning (UDL). Challenges identified included insufficient continuing education, scarcity of resources, and lack of specialized support. It is concluded that the effectiveness of inclusion depends on the direct articulation between inclusive practices, teacher training, institutional support, and solid collaborative work among the school, family, and multidisciplinary teams.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Pedagogical Practice. Inclusion.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar las prácticas pedagógicas utilizadas por los profesores de Educación Básica en la inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA), identificando las principales estrategias, recursos y desafíos. La metodología empleada se basó en una investigación bibliográfica cualitativa, mediante el levantamiento y análisis de diez artículos científicos publicados entre 2013 y 2026 en las bases Google Académico y SciELO. Los principales resultados mostraron que las estrategias más eficaces incluyen la adaptación curricular, la flexibilización metodológica, las actividades lúdicas, los recursos visuales y tecnológicos, y las estrategias basadas en el Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA). Se identificaron como desafíos la insuficiente formación continua, la escasez de recursos y la falta de apoyo especializado. Se concluye que la eficacia de la inclusión depende de la articulación directa entre las prácticas inclusivas, la formación docente, el apoyo institucional y el sólido trabajo colaborativo entre la escuela, la familia y los equipos multidisciplinares.

Palabras clave: Trastorno del espectro autista. Práctica pedagógica. Inclusión.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na história do Brasil por consolidar o processo de redemocratização do país após o regime civil-militar (1964-1985) e instituir o Estado Democrático de Direito. Entre os direitos sociais assegurados pela Constituição está a Educação, expressa no Art. 6º do Capítulo II. Desse modo, todas as pessoas, independentemente da cor, raça, gênero, etnia, idade ou crença, têm direito ao acesso à educação de qualidade. Diante disso, o Estado e a família têm o dever de garantir esse direito, com apoio da sociedade, a partir do momento que a criança completar 04(quatro) anos de idade (Brasil, 1988).

No contexto escolar, existe uma diversidade de estudantes com características e identidades particulares. Desse modo, apresentam diferentes formas e ritmos de aprendizagem e desenvolvimento. Por este motivo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 (Brasil, 1996) traz como uma das modalidades de ensino a educação especial, sendo sua oferta, preferencialmente, na rede regular de ensino. Essa modalidade volta-se para estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades ou Superdotação e é garantido em todo o percurso formativo dos estudantes. Essa modalidade articula-se aos princípios da educação inclusiva, que busca assegurar o acesso, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, com ou sem deficiência, valorizando a diversidade e respeitando a dignidade da pessoa humana.

Assim, a presente pesquisa tem como objeto de estudo o TEA, que é caracterizado por um transtorno do âmbito do neurodesenvolvimento que afeta principalmente a comunicação, a interação social e os padrões comportamentais. O transtorno apresenta manifestações heterogêneas, variando quanto à intensidade e às necessidades de apoio de cada indivíduo. Vale ressaltar que esse transtorno não é considerado doença, desse modo, não tem cura. Para obter o diagnóstico do TEA, é necessária uma combinação de análises de dados clínicos com as informações fornecidas pelos pais e/ou responsáveis e os educadores sobre a vida daquele indivíduo. Isso revela a complexidade e a seriedade para se chegar ao diagnóstico (Trentin, 2020).

3

Dados do Censo Escolar de 2024 evidenciam um aumento significativo de matrículas de alunos com TEA na Educação Básica, sendo registrado 44,4% no período de 2023 a 2024. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pelo levantamento deste dado, revelou em números esse aumento, em que saiu de 636.202 para 918.877 estudantes com TEA (INEP, 2025). Esses dados evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e das práticas pedagógicas voltadas à educação inclusiva.

Nesse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: quais práticas pedagógicas inclusivas, recursos educacionais e desafios caracterizam a atuação docente na inclusão de estudantes com TEA na Educação Básica? A inclusão de estudantes com TEA na Educação Básica não se restringe ao acesso e à permanência na escola. Sua efetivação requer a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas, bem como a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e de recursos educacionais que favoreçam o processo de ensino

e aprendizagem. Nesse contexto, a atuação docente constitui um elemento central para a promoção da participação, da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes, embora os professores ainda enfrentem diferentes desafios para concretizar uma educação verdadeiramente inclusiva.

A primeira justificativa desta pesquisa foi motivada pelas experiências profissionais das autoras nas escolas de Educação Básica. A experiência profissional das pesquisadoras na Educação Básica possibilitou observar desafios recorrentes relacionados à inclusão escolar de alunos com e sem deficiência. Além disso, foram identificados relatos recorrentes de colegas de trabalho sobre a dificuldade no processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA. A literatura e a experiência profissional demonstram que a inclusão não é uma tarefa fácil, mas por meio de pesquisas como essa, colabora para que melhoremos a nossa prática dia após dia nesse processo de acolhimento e desenvolvimento integral dos estudantes.

Durante a disciplina “Princípios e fundamentos da Educação Especial” ofertada no curso de Especialização em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o TEA destacou-se como um dos temas que suscitaram maior interesse e questionamentos dos professores/estudantes, pelo motivo de ser mais recorrente na atual realidade das escolas deles. Assim, as dúvidas direcionaram sobre o processo de ensino e aprendizagem. Mediante esse contexto, ficou evidente a importância de desenvolver essa pesquisa sobre as estratégias pedagógicas numa etapa que exige para além do ensinar, o desenvolvimento integral de todos.

A terceira justificativa fundamenta-se na relevância da pesquisa para o fortalecimento da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Durante os estudos desenvolvidos no curso supracitado da UFU, evidenciou-se a necessidade de ampliar as investigações nessa área, visando o fortalecimento dos subsídios teóricos que orientam a prática pedagógica inclusiva. Nesse contexto, surgiu o interesse em aprofundar os estudos sobre o TEA na Educação Básica, de modo a oferecer conhecimentos que auxiliem os professores no enfrentamento dos desafios da inclusão, contribuindo para a redução das barreiras pedagógicas e para a promoção do desenvolvimento integral das crianças.

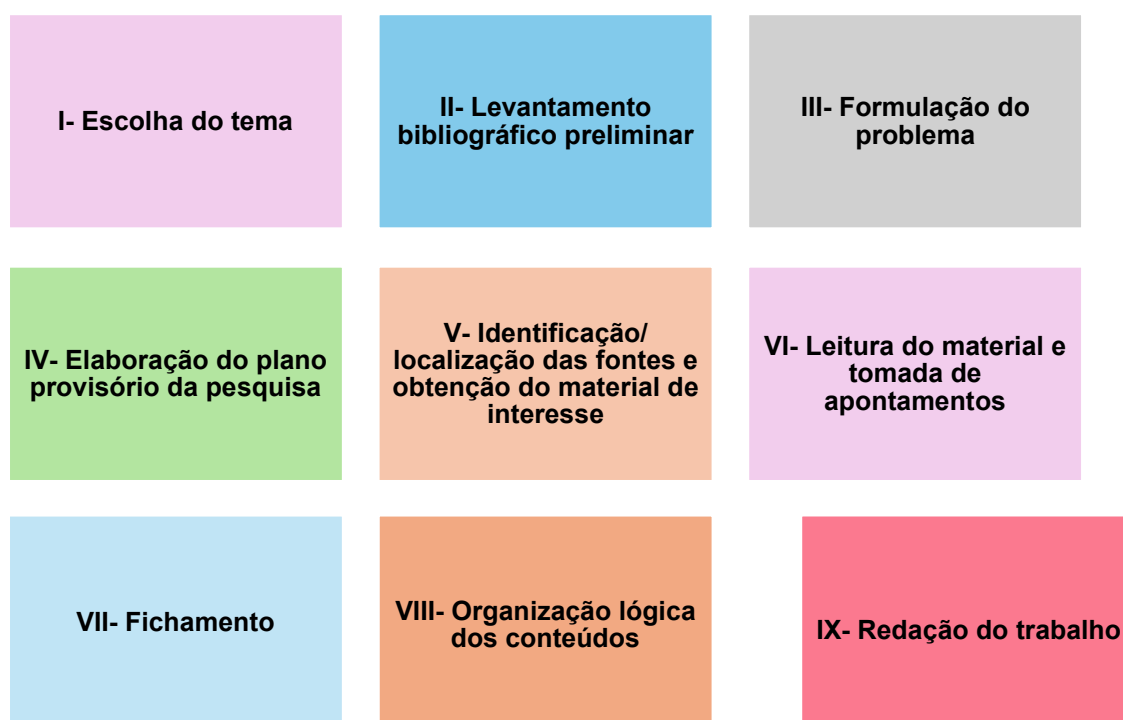
Esta pesquisa é relevante por reunir evidências científicas acerca das práticas pedagógicas voltadas à inclusão de crianças com TEA na Educação Básica. Além disso, poderá contribuir para a formação inicial e continuada de professores, subsidiando práticas

pedagógicas mais inclusivas e favorecendo a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral desses estudantes.

MÉTODOS

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já produzidos e publicados, como artigos, monografias, dissertações, dentre outros, sobre determinada temática que o pesquisador deseja investigar. Esse tipo de pesquisa fornece as informações que já se tem de determinado objeto de estudo, revelando as contribuições, avanços e lacunas. Por este motivo, foi utilizado neste trabalho, seguindo as seguintes etapas proposta por Gil (2026), conforme a Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Etapas para realização da pesquisa bibliográfica.



Fonte: Elaborada pelas autoras com base em Gil (2026).

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base nas etapas propostas por Gil (2026), compreendendo um conjunto de procedimentos sistemáticos voltados à construção do conhecimento científico. Inicialmente, realizou-se a escolha do tema, considerando sua relevância científica, acadêmica e social, bem como sua viabilidade de investigação.

Na sequência, procedeu-se ao levantamento bibliográfico preliminar, com a finalidade de proporcionar maior familiaridade com o tema e subsidiar a delimitação do objeto de estudo. A partir desse levantamento, foi formulado o problema de pesquisa, definindo a questão norteadora e os objetivos do estudo. O problema investigado consistiu em responder à seguinte questão: quais práticas pedagógicas inclusivas, recursos educacionais e desafios caracterizam a atuação docente na inclusão de estudantes com TEA na Educação Básica?

Posteriormente, elaborou-se um plano provisório de assunto, organizando os principais tópicos que compuseram o referencial teórico e orientaram o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, realizou-se a identificação e localização das fontes de informação. Foram incluídos 10 artigos científicos, classificados como original e de revisão, publicados em periódicos nacionais e internacionais no período de 2013 a 2025, que abordava práticas pedagógicas inclusivas, recursos educacionais e desafios relacionados à escolarização de estudantes com TEA na Educação Básica. A busca foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO, utilizando combinações das palavras-chave “Transtorno do Espectro Autista”, “Educação Básica”, “práticas pedagógicas” e “recursos educacionais”, combinados por meio de operadores booleanos quando necessário. No Quadro 1 a seguir consta os artigos incluídos na análise.

6

Após a seleção das obras, procedeu-se à leitura exploratória, seletiva, crítica e comparativa do material, permitindo a identificação das informações mais relevantes para o estudo. Em seguida, foram realizados o fichamento e a organização dos dados coletados, possibilitando a sistematização das principais ideias dos autores consultados.

Por fim, efetuou-se a organização lógica dos conteúdos e a redação do trabalho, articulando criticamente as evidências obtidas na literatura, de modo a responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos.

Quadro 1 – Síntese dos estudos selecionados sobre práticas pedagógicas inclusivas para estudantes com TEA.

Autor(es)		Título	Ano
Lindsay et al. (2013).	Pesquisa empírica: artigo original	Exploring teachers' strategies for including children with autism spectrum disorder in mainstream classrooms.	2013
Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020).	Pesquisa empírica: artigo original	Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes.	2020
Sena (2021).	Pesquisa bibliográfica: artigo de revisão	Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: práticas pedagógicas.	2021

Myburgh, Condry e Barnard (2020).	Pesquisa empírica: artigo original	Pedagogical approaches to develop social skills of learners with autism spectrum disorder: perceptions of three foundation phase teachers.	2020
Tsegaye et al. (2025).	Pesquisa empírica: artigo original	Preschool and primary school teachers' attitude towards inclusive education for students with autism spectrum disorders in Ethiopian public schools: multicenter crosssectional study.	2025
Steciuk, Lucyk e Dalarosa (2024).	Pesquisa bibliográfica: artigo de revisão.	Autismo e práticas pedagógicas na educação infantil: discussão de dados mediatizada pelo Portal Capes e Portal BDTD.	2024
Lima, Castelo Branco e Coqueiro (2024).	Pesquisa empírica: artigo original.	Práticas pedagógicas na educação infantil: desafios dos professores no ensino de crianças com TEA em escolas da rede privada e pública.	2024
Tigere et al. (2025).	Pesquisa empírica: artigo original.	Universal Design for Learning Strategies in Inclusive Preschool Education for Children with Autism Spectrum Disorder.	2025
Fonseca et al. (2025).	Pesquisa bibliográfica: artigo de revisão.	Práticas pedagógicas para a inclusão de crianças com autismo na educação regular.	2025
Gal, Ryder e Levy (2026)	Pesquisa empírica: artigo original	Fantoches como mediadores: aprimorando o engajamento comportamental em crianças com TEA.	2026

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na sexta etapa, voltou-se para a leitura de forma completa desses artigos, observando se atingiam os objetivos embelecidos na presente pesquisa. Após isso, houve a análise e interpretação dos dados obtidos. E por fim a redação final, que constitui a última etapa da pesquisa bibliográfica, sendo o momento que acontece de forma concomitante as demais e resulta na escrita do texto de acordo com a questão norteadora e os objetivos da pesquisa.

A abordagem qualitativa foi a utilizada neste estudo, pois visa “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p. 21-22). A partir disso, foi possível compreender as práticas pedagógicas adotadas por professores da educação básica na inclusão de alunos com TEA no contexto escolar.

RESULTADOS

A análise das fontes evidenciou um consenso sobre a necessidade primária de adaptação das práticas pedagógicas às necessidades específicas dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os dados apontaram que o uso de métodos de ensino adaptados, o trabalho colaborativo no ambiente escolar e a parceria efetiva com as famílias constituem estratégias fundamentais para a promoção da inclusão em salas de aula regulares. Ademais, a literatura demonstrou que a aplicação de abordagens pedagógicas direcionadas, aliada ao uso de histórias sociais, dramatizações e mediação entre pares, é eficaz no desenvolvimento de habilidades sociais e na promoção da autonomia dos alunos.

No que tange aos recursos educacionais, constatou-se a relevância da utilização de ferramentas diversificadas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) destacou-se como um recurso vital, englobando desde opções de baixa tecnologia, como cartões ilustrados e rotinas visuais, até soluções de alta tecnologia, a exemplo de softwares e tablets. Além disso, as pesquisas indicaram que intervenções baseadas nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), envolvendo o uso de agendas visuais, modelagem em vídeo e reforço positivo, bem como o uso inovador de fantoches, promovem maior engajamento, contato visual e redução de comportamentos disruptivos durante as aulas.

Por fim, o levantamento identificou desafios estruturais e profissionais significativos enfrentados pelos docentes na implementação dessas práticas na Educação Básica. Os resultados revelaram que, apesar dos avanços legais, a efetivação da inclusão esbarra na insuficiência de formação continuada, gerando um sentimento inicial de insegurança nos professores, bem como na crônica escassez de recursos pedagógicos adaptados e na superlotação das salas de aula. Outro desafio recorrentemente reportado foi a ausência de apoio especializado e de equipes multiprofissionais (como psicólogos e assistentes sociais) atuantes no cotidiano escolar, fatores que dificultam o manejo adequado das crises sensoriais e sobrecarregam o trabalho docente.

DISCUSSÃO

A análise das informações evidencia que a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) transcende a garantia legal de acesso ao ambiente

educacional, exigindo uma reestruturação profunda nas metodologias de ensino. A interpretação dos dados aponta que o reconhecimento das particularidades do TEA — especialmente as barreiras de comunicação, a rigidez na rotina e as alterações sensoriais — demanda do docente uma postura de mediação fortemente individualizada. A principal implicação prática desse cenário é a necessidade de rompimento com práticas pedagógicas padronizadas e homogeneizadoras. Para que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivo, o ambiente escolar e as estratégias devem ser adaptados ao aluno, garantindo que o direito à educação, historicamente negado a esse público por práticas de exclusão e segregação, seja vivenciado com equidade e dignidade.

Ao comparar esses achados com a literatura, observa-se uma clara convergência sobre a centralidade do preparo docente e da adaptação do meio. Corroborando os apontamentos de Cunha (2014) e Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014), a compreensão aprofundada das características comportamentais e sociais do TEA é o alicerce fundamental para fomentar a participação do estudante nas atividades coletivas. Ademais, a eficácia de recursos estruturados, como a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), alinha-se diretamente aos pressupostos defendidos por Bersch e Schirmer (2005) e Borges e Schmidt (2021). O diálogo com esses autores reafirma que a eliminação de barreiras deve ocorrer desde a fase de planejamento (como preconizado pelas redes afetivas, de reconhecimento e estratégias do DUA), permitindo múltiplas formas de engajamento e mitigando os impactos das dificuldades de comunicação, seja em quadros leves ou severos.

No que tange às limitações deste estudo, destaca-se que a natureza teórica e bibliográfica da análise pode não capturar em sua totalidade as nuances operacionais e os desafios materiais enfrentados no cotidiano escolar. A aplicação de ferramentas de alta tecnologia da CAA ou o planejamento universal (DUA) pressupõem uma infraestrutura escolar adequada e o apoio contínuo de equipes multiprofissionais, realidades que muitas vezes divergem do contexto de diversas instituições de ensino. Além disso, a própria amplitude do espectro autista, que varia drasticamente em níveis de suporte e manifestações (desde habilidades excepcionais até o comprometimento intelectual severo), torna complexa a generalização de diretrizes pedagógicas únicas.

Diante dessas considerações, indica-se como caminhos para novas pesquisas a realização de estudos empíricos que investiguem a aplicação prática da CAA e do DUA no cotidiano das salas de aula regulares, avaliando seu impacto direto no engajamento e na autonomia dos alunos. Faz-se necessário, também, aprofundar investigações sobre modelos eficazes de formação continuada de professores, avaliando como o preparo teórico e metodológico se traduz em práticas mais humanizadas. Por fim, recomenda-se explorar o papel das interações sociais guiadas e de abordagens lúdicas como facilitadoras do desenvolvimento global da criança com TEA nos primeiros anos da Educação Básica.

Quadro 2: Caracterização metodológica, objetivos e principais resultados dos estudos selecionados sobre práticas pedagógicas para estudantes com TEA, publicados entre 2013 e 2026.

Autores (Ano)	Delineamento metodológico	Objetivos	Resultados
Lindsay et al. (2013)	Pesquisa qualitativa e de campo.	Investigar as estratégias utilizadas por professores para promover a inclusão de crianças com TEA em salas de aula regulares.	Os professores apontaram como estratégias importantes a utilização de métodos de ensino adaptados, trabalho em equipe na escola, parceria com as famílias, treinamentos específicos e ações de conscientização sobre deficiência no ambiente escolar, favorecendo a inclusão de estudantes com TEA.
Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020)	Pesquisa qualitativa, exploratória e transversal. Realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro professoras de 1º ao 3º ano de escolas públicas do Rio Grande do Sul.	Investigar a experiência de professores em relação à inclusão de alunos com TEA, contemplando sentimentos e práticas docentes.	Os resultados revelam que os professores sentem medo e insegurança quando recebem aluno com TEA na turma. Mas com o tempo, são substituídos por sentimentos positivos, devido a prática pedagógica individualizada. Desafios: falta de conhecimentos sobre o TEA e apoio no trabalho.
Sena (2021)	Pesquisa qualitativa e descritiva.	Descrever práticas e ações para o cotidiano escolar.	Atividades psicomotoras são importantes para o desenvolvimento da consciência física e dos gestos e controle das ações motoras e emoções. Privilegiar atividades que envolvam brincadeiras, jogos e brinquedos na educação infantil. Os materiais dependem da atividade a ser desenvolvida e podem ser confeccionados pelos professores. As atividades precisam ser realizadas em grupo, colaborando para a interação social e as brincadeiras entre pares. Recursos pedagógicos: pintura, argila,

			bolha de sabão, figuras, tapete sensorial, dentre outros.
Myburgh, Condy e Barnard (2020)	Pesquisa qualitativa e interpretativista, com observações em sala de aula e entrevistas com três professoras.	Analisar como professoras da fase inicial de escolarização promovem o desenvolvimento de habilidades sociais de alunos com TEA, por meio de práticas pedagógicas estruturadas em sala de aula.	As estratégias pedagógicas estruturadas promoveram avanços nas habilidades sociais (compartilhamento, independência, autoestima e comportamento social), utilizando ensino direto, modelagem, trabalho em grupo e apoio de pares.
Tsegaye et al. (2025)	Estudo transversal multicêntrico.	Avaliar as atitudes de professores em relação à inclusão de estudantes com TEA e os fatores associados.	Identificou atitudes predominantemente positivas em relação à inclusão, porém, conhecimento insuficiente sobre TEA. Experiência prévia e formação favoreceram atitudes mais positivas, enquanto dificuldades comportamentais foram apontadas como principal desafio.
Steciuk, Lucyk e Dalarosa (2024)	Pesquisa bibliográfica	Evidenciar as principais práticas pedagógicas aplicadas na Educação Infantil com crianças autistas.	O estudo evidenciou que os professores precisam adotar em suas práticas pedagógicas as seguintes estratégias: vivência coletiva com todas as crianças; uso de brinquedos e brincadeiras; jogos adaptados e sonoros; tablet e notebook para aprendizagem e brincadeiras; propor atividades a partir de temas que a criança com TEA tem interesse; adaptação dos materiais, metodologias e atividades; usar frases curtas para conversar e elogiar os alunos. Desafios: falta de formação continuada na área da educação especial e inclusiva, de profissionais para auxiliar, estrutura física da escola adequada, e materiais e recursos.
Lima, Branco e Coqueiro (2024)	Pesquisa de exploratório descritivo de cunho quanti-qualitativo. Aplicação de questionário a cinco professoras da educação infantil da rede privada e cinco da rede pública.	Evidenciar as vivências dos docentes nas redes pública e privada sobre as práticas pedagógicas na educação infantil com estudantes que apresentam TEA.	Por meio do diagnóstico é possível alinhar a prática pedagógica para atender a especificidade do aluno. Cinco professores tem formação continuada na área da educação especial inclusiva, mas enfrentam outras barreiras do espaço escolar. Desafios: pouco conhecimento sobre o autismo; falta de recursos pedagógicos; ausência de apoio pedagógico; falta de formação continuada.
Tigere et al. (2025)	Pesquisa qualitativa e de campo.	Analisar estratégias baseadas no Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)	Os resultados demonstraram que estratégias como modelagem em vídeo, uso de PECS, reforço positivo, agendas visuais, timers visuais,

		utilizadas na inclusão de crianças com TEA) em contextos educacionais inclusivos.	prompts e adaptações sensoriais favoreceram o engajamento, a comunicação, a autonomia e a participação das crianças com TEA nas atividades escolares. O estudo destacou ainda a importância da personalização das estratégias conforme as necessidades individuais dos estudantes.
Fonseca et al. (2025)	Pesquisa bibliográfica	Analisar as práticas pedagógicas que contribuem para a inclusão de crianças com TEA na escola regular.	Estratégias: metodologias ativas e multissensoriais Uso de tecnologias assistiva Flexibilização curricular Professor mediador e suporte da equipe multidisciplinar. Desafios: falta de formação continuada de professores; falta de recursos pedagógicos adaptados; dificuldade de adaptação curricular.
Gal, Ryder e Levy (2026)	Pesquisa quantitativa e de campo.	Analisar a eficácia do ensino baseado em fantoches no engajamento comportamental de alunos com TEA níveis 2 e 3, comparando aulas convencionais e aulas mediadas por fantoches.	Os resultados demonstraram melhora significativa na participação ativa, contato visual, interação social e prazer durante as atividades, além da redução de comportamentos disruptivos. O uso de fantoches favoreceu um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, motivador e emocionalmente seguro para estudantes com TEA.

Fonte: Elaborado pelas autoras/2026

Os estudos analisados evidenciam um consenso entre os autores quanto à necessidade de adaptação das práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos estudantes com TEA. Lindsay et al. (2013) destacam que métodos de ensino adaptados, o trabalho em equipe, a parceria com as famílias e a capacitação docente constituem estratégias fundamentais para promover a inclusão em salas de aula regulares.

Corroborando a autora, Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) observaram que apesar dos sentimentos iniciais de medo e insegurança por parte dos professores, a prática pedagógica individualizada contribui para o desenvolvimento de experiências positivas no processo de inclusão.

Sena (2021) e Steciuk, Lucyk e Dalarosa (2024) convergem ao enfatizar a importância das atividades lúdicas e das experiências coletivas para favorecer o desenvolvimento e a interação social das crianças com TEA. Os autores ressaltam que brincadeiras, jogos,

brinquedos e recursos sensoriais, como pintura, argila e tapetes sensoriais, constituem ferramentas pedagógicas capazes de estimular habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais. Esses autores defendem a valorização da individualidade dos estudantes mediante a flexibilização curricular e a personalização das estratégias de ensino, além de recomendarem a adaptação de materiais, metodologias e atividades conforme os interesses e as necessidades de cada criança.

Nesse contexto de adaptação, Myburgh, Condry e Barnard (2020) demonstraram que o uso de abordagens pedagógicas direcionadas, como histórias sociais, dramatizações e mediação entre pares, são fundamentais para desenvolver habilidades sociais e a autonomia dos estudantes com TEA. Em consonância, Steciuk, Lucyk e Dalarosa (2024) destacam o uso de recursos tecnológicos (como tablets e notebooks) enquanto instrumentos facilitadores da aprendizagem, ao passo que Fonseca et al. (2025) ressaltam a relevância da CAA e das tecnologias assistivas associadas às metodologias ativas e multissensoriais.

Tigere et al. (2025) fundamentaram seus achados nos princípios do DUA e identificaram estratégias como modelagem em vídeo, uso do Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS), reforço positivo, agendas visuais, timers visuais e adaptações sensoriais como recursos capazes de favorecer a autonomia, a comunicação e o engajamento dos estudantes com TEA. Os autores reforçam que a eficácia dessas intervenções depende da personalização das estratégias, aspecto também defendido por Lima, Branco e Coqueiro (2024), os quais destacam a importância do diagnóstico para direcionar a prática pedagógica de acordo com as especificidades de cada aluno.

Gal, Ryder e Levy (2026) apresentam uma abordagem inovadora ao demonstrarem que o uso de fantoches nas atividades escolares promove maior participação, interação social e prazer durante o processo de aprendizagem, além de reduzir comportamentos disruptivos, o que reforça a importância da utilização de recursos diversificados e motivadores para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos.

Além das estratégias e recursos empregados, os estudos evidenciam que a postura do professor exerce papel central na efetivação da inclusão escolar. Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) demonstraram que, embora sentimento de insegurança estejam presentes no início do processo, a experiência cotidiana favorece o desenvolvimento de percepções mais positivas em relação à inclusão. Complementando essa visão, Tsegaye et al. (2025) ressaltam que atitudes

favoráveis e o conhecimento prévio sobre o TEA são fundamentais, pois as estratégias por si só não garantem resultados satisfatórios se o professor não souber manejar os desafios comportamentais em sala. Os achados sugerem que a atuação do professor vai além da aplicação de técnicas e recursos, abrangendo a criação de um ambiente acolhedor, o estímulo à participação dos estudantes e a promoção de relações sociais mais inclusivas, fatores essenciais para o desenvolvimento integral das crianças com TEA.

Apesar das diferentes estratégias identificadas, os estudos convergem quanto aos desafios enfrentados pelos professores da Educação Básica. A falta de formação continuada, a escassez de recursos pedagógicos adaptados, a ausência de apoio especializado e as dificuldades relacionadas à acessibilidade curricular são aspectos recorrentes apontados por Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020), Lima, Branco e Coqueiro (2024), Steciuk, Lucyk e Dalarosa (2024) e Fonseca et al. (2025). É possível observar que a efetividade das práticas inclusivas depende não apenas da atuação docente, mas também do suporte institucional, da formação profissional contínua e da disponibilização de recursos adequados, elementos essenciais para garantir uma educação inclusiva de qualidade aos estudantes com TEA.

A educação inclusiva busca assegurar que todos os estudantes tenham acesso às oportunidades de aprendizagem, respeitando suas características individuais e promovendo sua participação efetiva no ambiente escolar. No caso dos alunos com TEA, a utilização de recursos pedagógicos adaptados torna-se fundamental para favorecer o desenvolvimento acadêmico, social e comunicativo (Mantoan, 2015).

As dificuldades relacionadas à comunicação e à interação social são características frequentemente observadas em pessoas com TEA, podendo interferir diretamente no processo de aprendizagem. Dessa forma, a escola precisa desenvolver estratégias que possibilitem ao estudante compreender informações, expressar suas necessidades e participar das atividades propostas em sala de aula (Schwartzman; Araújo, 2011).

Entre os recursos pedagógicos mais utilizados destacam-se os materiais visuais, como imagens, cartões ilustrados, cronogramas visuais, histórias sociais e sequências de atividades. Esses instrumentos auxiliam na organização da rotina, aumentam a previsibilidade das ações e favorecem a compreensão das tarefas escolares. Segundo Cunha (2023), o uso de recursos visuais contribui significativamente para o aprendizado de estudantes com TEA, pois facilita a interpretação das informações e reduz situações de ansiedade diante de mudanças

inesperadas. Outro recurso amplamente empregado é a CAA, definida como um conjunto de estratégias e ferramentas destinadas a ampliar ou substituir a comunicação oral quando esta se mostra limitada ou inexistente. A CAA pode envolver o uso de figuras, símbolos gráficos, pranchas de comunicação, gestos e dispositivos tecnológicos que auxiliam o estudante a expressar desejos, sentimentos e opiniões (Nunes, 2020).

A utilização da CAA favorece não apenas o desenvolvimento da linguagem, mas também a participação social e a autonomia do aluno. Quando adaptada às necessidades individuais, possibilita maior interação com professores e colegas, ampliando as oportunidades de aprendizagem e fortalecendo o sentimento de pertencimento ao ambiente escolar (Manzini; Deliberato, 2006).

Além dos recursos de comunicação, as tecnologias educacionais têm se mostrado importantes aliadas no processo inclusivo. Aplicativos, tablets, softwares educativos e jogos digitais podem estimular habilidades cognitivas, atenção, linguagem e interação social. Entretanto, para que esses recursos produzam resultados significativos, é necessário que sejam utilizados de forma planejada e articulada aos objetivos pedagógicos estabelecidos pelo professor (Moran, 2018).

O papel do educador também é determinante para a efetivação da inclusão. A adaptação das atividades, a flexibilização das estratégias de ensino e a valorização das potencialidades do estudante são ações que favorecem seu desenvolvimento. Nesse contexto, a formação continuada dos profissionais da educação torna-se indispensável para que possam compreender as especificidades do TEA e utilizar adequadamente os recursos disponíveis (Mantoan, 2015).

Dessa maneira, os recursos pedagógicos representam instrumentos essenciais para a construção de práticas inclusivas. Quando empregados de forma consciente e alinhados às necessidades dos estudantes, contribuem para a aprendizagem, fortalecem a comunicação e ampliam as possibilidades de participação social, promovendo uma educação mais acessível e significativa para os alunos com TEA.

Apesar da evolução histórica em que pessoas com TEA já vivenciaram ao longo dos anos ainda há desafios a serem superados na Educação Básica. Existem requisitos básicos que devem ser considerados prioritários para que a educação inclusiva cumpra seu papel na educação, tais como a inserção de equipe multidisciplinar que é garantida na Lei 13.935, de 11 de novembro de 2019 em seu Artigo 1º que decreta que as redes públicas de educação básica

contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais (Brasil, 2019).

Na prática, embora a legislação garanta a presença de uma equipe competente em suas especializações, geralmente ela acontece somente em atendimentos clínicos e após uma longa superação de filas de atendimento ao Público, haja vista distantes em sua atuação no ambiente escolar, o que resulta em situações constrangedoras nas escolas. Há crianças autistas com suas particularidades que enfrentam dificuldades em autocontrolar as suas ações devido os desafios aos quais estão envolvidos no ambiente escolar: dificuldade de socialização, as questões de hipersensibilidade a sons, respostas emocionais e entre outros desencadeando crises que repercutem como dores emocionais e físicas para esses alunos, como também a exaustão de uma equipe escolar que não sabe lidar com a situação e não tem o importante suporte presencial da equipe multidisciplinar.

Segundo Oliveira (2023), em questionários realizados a professores de uma escola Municipal, obteve-se como resposta que a Secretaria de Educação do Município não oferece acompanhamento necessário para suporte como materiais complementares, palestras, assistência estudantil para professores e alunos. As políticas públicas de apoio a inclusão de alunos com TEA deve ser a voz para que tais desafios sejam vistos na sociedade e resolvidos. Nascimento, Baeta e Pinheiro (2024), destacam a relevância em poder usufruir de equipe multidisciplinar, em pesquisa com professores realizada no Arraial do Cabo em Rio de Janeiro nos Anos Finais do Ensino Fundamental apontaram que 68,2% contam com tal equipe trabalhando em colaboração com os professores para adaptar o ambiente de aprendizagem o que é positivo para a abordagem inclusiva.

Entre outros desafios encontrados na Educação Básica, há a superlotação de alunos nas salas juntamente com os alunos que são público da Educação Inclusiva e requer um acompanhamento individual, às vezes não há a contratação de professores de Apoio de imediato e a falta de preparo e formação do professor Regente pode dificultar que o acesso ao conhecimento seja facilitado para os alunos com TEA. Nascimento, Nascimento e Santos (2017) concluem em seu artigo sobre o autismo e o trabalho docente que é importante a presença de um profissional de Apoio para auxiliar o público com TEA contribuindo para o desenvolvimento individual e de toda a classe.

Segundo Nascimento, Baeta e Pinheiro (2024) destacam a importância de dos profissionais da educação procurarem desenvolver a formação continuada, aperfeiçoando o seu trabalho e assim contribuindo com uma educação de qualidade. Muitas são as necessidades a serem atendidas nas escolas para garantir a inclusão de alunos com Tea, sejam elas escolas Municipais ou Estaduais é preciso reverberarmos a garantia de uma Educação com Igualdade e Equidade para todos.

CONCLUSÃO

A educação constitui um direito fundamental de todos os cidadãos e atua como o principal veículo para o desenvolvimento, humanização e emancipação dos indivíduos. Nesse contexto, a inclusão desponta como uma necessidade para romper barreiras físicas, estruturais, atitudinais e comunicacionais, assegurando que todas as pessoas sejam respeitadas e acolhidas na sociedade. Embora os dispositivos legais brasileiros garantam esse direito, a sua efetivação prática nos ambientes de formação — da Educação Básica ao Ensino Superior — ainda é um desafio constante para a consolidação de um país equitativo, justo e democrático.

Diante da diversidade presente nas salas de aula e do recente aumento exponencial de matrículas de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Básica, torna-se imperativo que a prática pedagógica seja flexível e aberta, distanciando-se de abordagens homogêneas e padronizadas. O TEA, enquanto condição do neurodesenvolvimento que afeta o comportamento, a interação e a comunicação, exige adaptações precisas. O levantamento realizado nas bases Google Acadêmico e SciELO revelou que os docentes têm buscado promover essa inclusão por meio de estratégias diversificadas, que incluem a flexibilização curricular, o trabalho em equipe, a parceria com as famílias e a adaptação de métodos ao contexto de ensino.

Os dados também evidenciaram o uso de variados recursos pedagógicos para facilitar o aprendizado, com destaque para a ressignificação de materiais cotidianos — como pintura, argila e bolhas de sabão — e a valorização de jogos e brincadeiras. Notou-se que, mesmo diante de limitações estruturais e pedagógicas, os professores se empenham em promover um ensino significativo, rompendo barreiras para alcançar a verdadeira inclusão do estudante com TEA.

Contudo, a pesquisa identificou que essa promoção da educação inclusiva esbarra em obstáculos severos, sendo a falta de formação continuada o desafio mais recorrente. A escassez

de embasamento teórico e prático na área de educação especial gera sentimentos de medo e despreparo nos educadores para o acolhimento desses alunos. Paralelamente, a falta de estrutura física adequada e de recursos materiais consolida-se como uma barreira limitante para o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, conclui-se que, apesar das adversidades diárias, os professores da Educação Básica atuam como agentes fundamentais ao criarem estratégias e práticas para incluir os estudantes com TEA nas salas regulares. Reafirma-se, assim, a necessidade urgente de investimentos em políticas públicas direcionadas à formação continuada docente e à estruturação das escolas, garantindo que o direito a um ensino de qualidade e inclusivo seja uma realidade tangível para todos os alunos, com e sem deficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. D.; GUARESCHI, T.; NAUJORKS, M. I. Alunos com autismo: um estudo dos tempos e dos espaços de escolarização. *Revista Pedagógica*, [s. l.], v. 19, n. 40, p. 262–285, 2017. DOI: 10.22196/rp.v19i40.3753.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

BERSCH, R.; SCHIRMER, C. Tecnologia Assistiva no processo educacional. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas*. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; SCHMIDT, Carlo. Desenho universal para aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo na sala de aula. *Revista Teias*, [s. l.], v. 22, n. 66, p. 27–39, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.57044.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF, 2019.

BRITO, M. F. Inclusão escolar de criança autista na rede pública de ensino, 2013.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

CAST. Universal Designer for Learning Guidelines version 3.0. Wakefield, MA: CAST, 2024.

CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

FONSECA, E. M. F. et al. Práticas Pedagógicas para a Inclusão de Crianças com Autismo na Educação Regular. *REBENA - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, [s. l.], v. 10, p. 253-263, 2025.

GAL, C.; RYDER, C. H.; LEVY, E. Puppets as mediators: enhancing behavioral engagement in children with Autism Spectrum Disorder (ASD). *Research in Autism Spectrum Disorders*, v. 132, art. 202834, abr. 2026.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 8. ed. Barueri: Atlas, 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2025.

KHOURY, L. P. et al. Manejo comportamental de crianças com transtornos do espectro do autismo em condição de inclusão escolar. São Paulo: Memnon, 2014.

KUPFER, M. C. M.; PATTO, M. H. S.; VOLTOLINI, Rinaldo. Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhimento e inclusão escolar. São Paulo: Escuta, 2017.

LEMO, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

LIMA, M. E. A.; BRANCO, P. S. B. C. ; COQUEIRO, V. M. G. Práticas pedagógicas na educação infantil: desafios dos professores no ensino de crianças com TEA em escolas da rede privada e pública. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 5, p. e4387, 2024.

LINDSAY, S.; PROULX, M.; SCOTT, H.; THOMSON, N.. Exploring teachers' strategies for including children with autism spectrum disorder in mainstream classrooms. *International Journal of Inclusive Education*, v. 18, n. 2, p. 101-122, 2013.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa. Marília: ABPEE, 2006.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MYBURGH, Liezl; CONDY, Janet; BARNARD, Elna. Pedagogical approaches to develop social skills of learners with autism spectrum disorder: perceptions of three foundation phase teachers. *Perspectives in Education*, v. 38, n. 2, p. 241-254, 2020.

NASCIMENTO, J. A.; BAETA, J. A. S.; PINHEIRO, J. B. O uso de metodologias ativas para o ensino de estudantes com transtorno do espectro autista: análises, desafios e perspectivas. *Revista Contemporânea*, v.4, n. 10, p. 1-20, 2024.

STECIUK, G. A.; LUCYK, V. P. K.; DALAROSA, A. A. Autismo e práticas pedagógicas na educação infantil: discussão de dados mediatizada pelo Portal Capes e Portal BDTD. *Professare*, v. 13, n. 2, p. e3287, 2024.

TÍGERE, Agnese et al. Developing Inclusive Preschool Education for Children with Autism Applying Universal Design for Learning Strategy. *Education Sciences*, v. 15, n. 6, art. 638, 2025.